



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº / 13
(Do Sr. Nilson Leitão)**

Requer seja realizada reunião de Mesa Redonda, em Sinop - MT, para debater os impactos da concessão da RB 163.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de Mesa Redonda, em Sinop - MT, para debater os impactos da concessão da BR 163.

Indicamos para debater o tema:

- Representante do Ministério dos Transportes;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Representante da Odebrecht e Consórcio;
- Representante do Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL;
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Representante do Ministério Público Federal - MPF
- Representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF
- Sr. Prefeito de Sinop;
- Sr. Prefeito de Sorriso;
- Sr. Prefeito de Lucas do Rio Verde;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Sr. Prefeito de Nova Mutum;
- Sr. Prefeito de Diamantino;
- Sr. Prefeito de Acorizal;
- Sr. Prefeito de Campo Verde;
- Sr. Prefeito de Cuiabá;
- Sr. Prefeito de Rondonópolis;
- Sr. Prefeito de Itiquira.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas de infraestrutura e logística enfrentados pelo país afetam diretamente o desenvolvimento do agronegócio. A necessidade de ampliarmos a infraestrutura é o desejo de todo brasileiro.

A BR 163, no Mato Grosso, é o principal canal de escoamento da produção agrícola e por onde passam 70% da safra regional.

No último dia 27, a Odebrecht S/A arrematou a concessão do trecho da rodovia BR-163. A empresa ofereceu proposta de tarifa de pedágio 52% abaixo do teto. No entanto, é preciso avaliar o impacto financeiro que será gerado pela instalação das nove praças de pedágio na extensão da rodovia. Ela começa quando 10% das obras estiverem prontos.

O noticiário eletrônico de **O GLOBO**, publicou matéria com o seguinte teor:

27/11/2013 10h25- Atualizado em 27/11/2013 13h30

Odebrecht arremata concessão de trecho da BR-163 em Mato Grosso

Empresa ofereceu proposta de tarifa de pedágio 52% abaixo do teto.

Sete grupos disputaram leilão de trecho da rodovia em Mato Grosso.



A Odebrecht S/A arrematou nesta quarta-feira (27) a concessão do trecho da rodovia BR-163 em Mato Grosso com uma proposta de pedágio de R\$ 0,02638 por quilômetro (ou R\$ 2,638 para 100 quilômetros rodados). O valor representa um deságio de 52,03% em relação ao teto de R\$ R\$ 0,055 fixado pelo governo.

Na semana passada, a Odebrecht já tinha arrematado a concessão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em consórcio com a Chengí, de Cingapura.

Sete grupos participaram do leilão da BR-163. Os envelopes com as propostas foram abertos nesta manhã na BM&FBovespa, em São Paulo. A segunda maior proposta foi da Triunfo Participações e Investimentos S/A, com proposta de R\$ 0,02970 e deságio de 46%. No último leilão de rodovia, foram 8 interessados.

Pelas regras do edital, foi declarado vencedor o grupo que ofereceu o menor valor para o pedágio que será cobrado dos motoristas.

O trecho que ficará sob concessão tem 850,9 quilômetros e vai da divisa entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso até a cidade de Sinop (MT). O segmento atravessa 19 municípios, alguns deles que formam o coração produtivo do estado, como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. A rodovia federal é o principal canal de escoamento da safra agrícola, mas também a mais perigosa e a campeã em número de acidentes, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O prazo de concessão é de 30 anos. Nesse período, a concessionária terá que fazer obras de duplicação e manutenção da rodovia, além de implantar melhorias.

Ministro comemora

O ministro dos Transportes, César Borges, comemorou o deságio de 52% no leilão e avaliou que o resultado aponta que o apetite dos investidores continua existindo.

“Tenho certeza de que a Odebrecht irá cumprir muito bem o desejo de vermos nossa infraestrutura ampliada”, disse o ministro, ao comentar o resultado do leilão. “A tarifa de R\$ 2,63 por 100 quilômetros é uma tarifa bastante razoável, portanto alcançamos a modicidade tarifária”, acrescentou.

A Odebrecht afirmou que o seu lance com deságio de 52% reflete a aposta da companhia no potencial do agronegócio brasileiro. “Talvez os nossos concorrentes acordaram um pouco tarde para isso”, afirmou o diretor Renato Mello. “Fomos estudar a logística, como é o movimento de grãos e chegamos à conclusão de que o potencial de crescimento do Mato Grosso está muito acima do PIB do país”, acrescentou.



Investimentos e duplicação

A previsão é que sejam investidos na duplicação e conservação da rodovia, entre outras melhorias previstas em contrato, cerca de R\$ 3,6 bilhões ao longo da concessão. Pelas regras fixadas no edital, a cobrança de pedágio só pode ter início quando 10% das obras de duplicação previstas estiverem concluídas. O trecho da BR-163 deve ter nove praças de pedágios.

O trecho da BR-163 é o segundo a ser leiloado pelo governo dentro do Plano de Investimento em Logística (PIL). O primeiro foi o trecho da BR-050, entre Goiás e Minas Gerais, arrematado em setembro pelo consórcio Planalto, que ofereceu um valor de pedágio de R\$ 4,534 para cada 100 quilômetros rodados, o que representou um deságio de 42,38%.

Os grupos que disputaram o leilão da BR-163 foram os seguintes:

- Consórcio Rota do Futuro: Ecorodovias infraestrutura e logística S/A; Coimex Empreendimentos e Participações Ltda; Rio Novo Locações Ltda; Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação; Contek Engenharia S/A; A. Madeira Indústria e Comércio Ltda; Urbesa Administração e Participações Ltda. - proposta de R\$ 0,03977 por km (27,69% de deságio)
- Investimentos e participações em infraestrutura (Invepar): Invepar - proposta de R\$ 0,03130 por km (43% de deságio)
- Consórcio integração: Fidens Engenharia S/A; Construtora Artepa M. Martins S/A; Via Engenharia S/A; Construtora Barbosa Mello S/A; Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A. - proposta de R\$ 0,03779 por km (31,29% de deságio)
- Companhia de Participações em Concessões (CCR): CCR - proposta de R\$ 0,03545 por km (35,54% de deságio)
- Galvão Engenharia S/A: Galvão Engenharia - proposta de R\$ 0,05335 por km (3% de deságio)
- TPI (Triunfo Participações e Investimentos S/A): Triunfo participações - proposta de R\$ 0,0297 por km (46% de deságio)
- Odebrecht S/A: Odebrecht S/A - proposta de R\$ 0,02638 por km (52,03% de deságio)

Novos leilões

O ministro Cesar Borges não quis fazer projeções sobre a manutenção desse patamar de ágio nos próximos leilões de rodovias, mas disse que o governo está confiante na atratividade das concessões.

“O governo caminha de forma firme e determinada no sentido de continuar o programa de concessões rodoviárias”, afirmou. “Temos



procurado criar condições para que haja concorrentes e tarifas básicas atraentes. Espero que os próximos leilões tenham rentabilidades semelhantes, mas não posso avaliar se vai ser mais ou menos”, acrescentou.

Borges informou nesta quarta que o governo pretende realizar mais três leilões de concessão de rodovias federais neste ano. Até o momento, foram realizados dois: o da BR-050 e o trecho da BR-163 em MT.

O próximo leilão está marcado para o dia 4 de dezembro, quando será disputada a concessão de trechos das BRs 060-153-262, entre Brasília e Betim. Para o dia 17 de dezembro está agendado o leilão do trecho da BR-163 em MS.

O último leilão do ano, o da BR-040, no trecho entre Juiz de Fora e Brasília, depende de liberação do Tribunal de Contas da União (TCU), cuja aprovação pode acontecer nesta quarta.

“A gente tem a expectativa de marcar o terceiro ainda hoje se for aprovado pelo TCU”, disse Borges. Confirmando esta expectativa, o ministro informou que a entrega das propostas para o o leilão da BR-040 será agendada para o dia 23 de dezembro e que o leilão será realizado “entre o Natal e o Ano Novo”, no dia dia 27 de dezembro.

Mudança no cronograma

O PIL foi lançado pelo governo federal em agosto do ano passado e prevê o investimento de R\$ 133 bilhões na construção e reforma de rodovias e ferrovias no país. O programa é uma das apostas da presidente Dilma Rousseff para destravar gargalos de infraestrutura e aquecer a economia do país.

Apenas em setembro passado foi feito o primeiro leilão do PIL: o trecho da BR-050, entre Goiás e Minas Gerais. Junto com a BR-050, o governo pretendia leiloar trecho entre Espírito Santo e Minas da BR-262. A rodovia, porém, ficou de fora porque não recebeu proposta de investidores.

O revés levou o governo a anunciar uma revisão do cronograma dos leilões de rodovias do PIL. O ministro dos Transportes, César Borges, também admitiu que o governo pode adotar uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP) para conseguir leiloar os pelo menos outros 4 trechos de rodovias federais incluídos no programa.

De acordo com o ministro, a avaliação do governo é que há um interesse reduzido dos investidores pelos trechos da BR-101 (BA), 116 (MG), 153 (GO-TO) e 262 (ES-MG). E, para torná-los mais atrativos, pode optar por dividir com a iniciativa privada os gastos com as obras de duplicação dessas rodovias.

Estão sendo analisadas duas opções para essas rodovias. A primeira é o repasse direto de recursos do Tesouro na concessionária para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

custear parte dos investimentos. A segunda prevê a execução de parte das obras via Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Sem uma solução como as PPPs, a única opção do governo seria elevar o valor do pedágio permitido nessas rodovias para atrair investidores. Mas essa saída, além de desagradar aos motoristas, também mancharia o programa de concessão de estradas adotado a partir de 2007, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que tem como prioridade a chamada modicidade tarifária, ou seja, tarifas mais baixas possíveis.

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/11/odebrecht-arremata-concessao-de-trecho-da-br-163-em-mato-grosso.html>

Portanto, entendemos que a promoção desse debate é de suma importância para o desenvolvimento do país e conto com a aprovação dos Pares para aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2013.

Dep. Nilson Leitão
PSDB/MT